ISSN: 2358-8829

AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NÃO ALFABETIZADO NO 6º ANO ENSINO FUNDAMENTAL II.

Nadiane Marques de Souza Costa [1]

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um dos principais desafios da educação brasileira, tendo como princípio assegurar o direito de todos os estudantes à aprendizagem, à participação e à convivência no espaço escolar, independentemente de suas características, condições ou necessidades específicas. A inclusão escolar não se limita ao acesso e à permanência do estudante na escola, mas envolve a garantia de oportunidades reais de aprendizagem e desenvolvimento.

No contexto do Ensino Fundamental II, um dos desafios encontrados pelas escolas refere-se à chegada de estudantes com deficiência ao 6º ano ainda não alfabetizados. Essa realidade exige da equipe escolar uma reflexão acerca das práticas pedagógicas utilizadas, uma vez que esses estudantes passam a frequentar uma etapa de ensino na qual os conteúdos são organizados considerando determinadas competências de leitura e escrita que, muitas vezes, ainda não foram consolidadas.

A situação torna-se ainda mais complexa quando o estudante apresenta dificuldades para acompanhar as atividades propostas para a turma, podendo desenvolver sentimento de frustração, desmotivação, baixa autoestima e pouca participação nas atividades escolares. Ao mesmo tempo, os professores do Ensino Fundamental II enfrentam o desafio de trabalhar os conteúdos específicos de suas disciplinas e, paralelamente, buscar estratégias que favoreçam o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

Nesse sentido, a alfabetização deve ser compreendida como um processo contínuo, que pode ocorrer em diferentes etapas da escolarização, respeitando o ritmo, as possibilidades e as necessidades de cada estudante. Freire (1996) destaca a importância de uma prática educativa pautada no diálogo, no respeito e na valorização do sujeito. Ferreiro (1999), por

[1] Graduada do Curso de padagogia da Faculdade Educacional da Lapa- FAEL; segunda graduação em Educação Especial do Centro Universitário FAVENI-UNIFAVENI; Mestre em ciência da Educação da World University Ecumenical. nadianemarquesng@gmail.com.

sua vez, contribui para a compreensão da alfabetização como um processo de construção do conhecimento. Mantoan (2003) defende uma escola capaz de acolher a diversidade e promover a aprendizagem de todos.

Diante dessa realidade, este trabalho tem como objetivo analisar as dificuldades encontradas no processo de inclusão de alunos com deficiência não alfabetizados no 6º ano do Ensino Fundamental II, bem como apresentar estratégias pedagógicas que possam favorecer sua participação, autonomia e aprendizagem.

Nesse contexto a alfabetização precisa ser compreendida para além da decodificação de letras e palavras, constituindo-se como um processo de construção de conhecimentos, participação social e desenvolvimento da autonomia. Paulo Freire contribui para essa compreensão ao defender uma educação pautada no diálogo, na valorização dos saberes dos educadores e na leitura crítica do mundo. Emília Ferreiro, por sua vez, apresenta importantes contribuições sobre a construção da escrita pela criança, reconhecendo o estudante como sujeito ativo no processo de aprendizagem, Já Maria Tereza Eglér Mantoan defende uma escola aberta á diversidade, capaz de reorganizar suas práticas para atender a todos os estudantes.

Diante dessa realidade, torna-se necessário pensar em estratégias que articulem alfabetização e inclusão escolar, envolvendo não apenas o professor de Língua Portuguesa ou o profissional da Educação Especial, mas todos os professores responsáveis pelos componentes curriculares. A construção de práticas coletivas pode favorecer oportunidades de aprendizagem, respeitando os diferentes ritmos, habilidades e formas de construção dos estudantes.

A proposta desenvolvida buscou envolver os professores das diferentes áreas do conhecimento em um trabalho coletivo de incentivo à alfabetização e à produção textual. Como estratégia, foram destinados os dez minutos finais das aulas para atividades de leitura, escrita, produção verbal e não verbal, considerando os conhecimentos e as possibilidades de cada estudante.

Assim, a pesquisa busca demonstrar que a inclusão escolar pode ser fortalecida quando toda a comunidade escolar assume a responsabilidade pelo processo de aprendizagem, compreendendo que alfabetizar e incluir não são responsabilidades exclusivas de um único profissional ou componente curricular.

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa possui abordagem qualitativa de caráter interventivo, desenvolvida no contexto escolar com o objetivo de compreender as dificuldades relacionadas à inclusão de estudantes com deficiência não alfabetizados matriculados no 6º ano do Ensino Fundamental II.

A partir dessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo analisar as dificuldades encontradas no processo de inclusão dos estudantes com deficiência não alfabetizados no 6º ano do Ensino Fundamental II, considerando os desafios pedagógicos, sociais e emocionais que interferem no desenvolvimento da aprendizagem. Busca também apresentar uma experiência de intervenção pedagógica baseada no envolvimento dos professores das diferentes disciplinas, por meio da utilização dos dez minutos finais de cada aula para atividades de alfabetização relacionadas aos conteúdos trabalhados em sala.

Como estratégias complementar, destaca-se a construção coletiva de livros pelos estudantes, utilizando diferentes formas de expressão, verbal e não verbal, de acordo com suas possibilidades. A proposta busca valorizar a autonomia, a participação, a autoestima e o reconhecimento ao ambiente escolar.

O trabalho apresenta uma abordagem qualitativa, de caráter interventivo, considerando as ações desenvolvidas no contexto escolar e os resultados observados durante a experiência. As discussões evidenciam a importância do trabalho coletivo da valorização das diferentes formas de aprendizagem e da participação de toda a comunidade escolar na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

O trabalho foi desenvolvido a partir da observação da realidade escolar e da identificação das dificuldades apresentadas pelos estudantes no processo de leitura, escrita , comunicação e participação nas atividades propostas em sala de aula. A partir dessa identificação pedagógica envolvendo os professores das diferentes áreas do conhecimento.

ISSN: 2358-8829

A proposta constitui na utilização dos dez minutos finais de cada aula para o desenvolvimento de atividades relacionadas à alfabetização, leitura e produção textual, buscando integrar essas práticas aos conteúdos trabalhados pelos professores. Foram utilizadas atividades diversificadas, considerando o nível de desenvolvimento e as possibilidades individuais dos estudantes. Entre os materiais utilizados estiveram textos curtos, histórias, imagens, letras, móveis, palavras, frases, desenhos, atividades impressas, livros, produções escritas e recursos visuais. Também foram realizadas atividades de produção coletiva e individual, permitindo diferentes formas de expressão.

Como estratégias de valorização da aprendizagem, foram realizadas produções de livros pelos estudantes, utilizando registros verbais e não verbais. As produções foram posteriormente organizadas para compor o acervo da biblioteca escolas, possibilitando que os estudantes percebesses suas produções suas produções como parte significativa do ambiente escolar.

Durante o Desenvolvimento da intervenção, foram observados aspectos relacionados à participação, ao interesse pelas atividades, à interação com os colegas, á autonomia, à capacidade de comunicação e aos avanços nas habilidades de leitura e escrita.

A participação dos professores foi fundamental para a realização da proposta, uma vez que possibilitou compreender a alfabetização como responsabilidade coletiva e não apenas como atribuição do professor de Língua Portuguesa ou atendimento especializado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados observados durante o desenvolvimento da proposta demonstraram mudanças positivas na participação dos estudantes com deficiência nas atividades escolares. Inicialmente, alguns alunos apresentavam resistência, insegurança ou pouca disposição para participar das propostas de leitura e escrita. Com a continuidade das atividades e a utilização de estratégias diversificadas, observou-se maior envolvimento nas ações realizadas.

Um dos aspectos mais significativos foi a possibilidade de trabalhar a alfabetização dentro da rotina do Ensino Fundamental II, sem retirar o estudante de sua turma ou desconsiderar sua faixa etária. As atividades foram planejadas de maneira que o aluno pudesse participar de acordo com suas possibilidades, respeitando seus conhecimentos prévios e seu ritmo de aprendizagem.

ISSN: 2358-8829

A produção de textos, desenhos, palavras, frases e livros possibilitou aos estudantes experimentar diferentes formas de expressão. Para aqueles que ainda apresentavam dificuldades na escrita convencional, as produções por meio de desenhos, imagens, letras, palavras e registros mediados pelo professor constituíram importantes formas de comunicação e participação.

A construção coletiva dos livros também contribuiu para o fortalecimento da autoestima dos estudantes. O momento de apresentação das produções, os autógrafos e a entrega dos exemplares aos familiares possibilitaram reconhecer o estudante como sujeito produtor de conhecimento, valorizando seus esforços e suas conquistas.

Os resultados dialogam com as contribuições de Freire (1996), especialmente no que se refere à valorização do estudante como sujeito ativo do processo educativo. Quando o aluno percebe que aquilo que produz possui significado e é valorizado pela comunidade escolar, tende a apresentar maior interesse e participação.

A proposta também se aproxima das ideias de Ferreiro (1999), ao compreender a aprendizagem da leitura e da escrita como um processo de construção. Dessa forma, o estudante não deve ser avaliado apenas pelo domínio da escrita convencional, mas também por seus avanços, hipóteses, tentativas e diferentes formas de representação.

No campo da educação inclusiva, Mantoan (2003) ressalta a necessidade de uma escola que reconheça as diferenças e reorganize suas práticas para atender à diversidade. Nesse sentido, a experiência desenvolvida demonstrou que pequenas mudanças na organização das aulas podem favorecer a participação de estudantes que, muitas vezes, permanecem à margem das atividades pedagógicas.

Outro resultado importante foi o envolvimento dos professores. A proposta favoreceu uma mudança na compreensão de que a alfabetização do estudante com deficiência não deve ser responsabilidade exclusiva de um profissional. O trabalho coletivo permitiu que diferentes professores contribuíssem com estratégias, recursos e possibilidades de aprendizagem.

Também foi percebido maior interesse dos estudantes pela leitura e pela escrita, além do fortalecimento da interação com os colegas e da participação nas atividades coletivas. A aproximação das famílias, especialmente durante a apresentação e entrega das produções, contribuiu para ampliar o reconhecimento da importância da escola no desenvolvimento dos estudantes.

Entretanto, é importante destacar que a alfabetização de estudantes com deficiência é um processo que requer continuidade. Os resultados não devem ser compreendidos apenas pela aquisição imediata da leitura e da escrita, mas pelos avanços individuais apresentados ao longo do processo, pela ampliação da participação, pela autonomia e pelo fortalecimento da autoestima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ISSN: 2358-8829

A realização deste trabalho permitiu compreender que a inclusão do estudante com deficiência não alfabetizado no 6º ano do Ensino Fundamental II constitui um desafio que envolve aspectos pedagógicos, sociais e emocionais. A chegada desses estudantes a uma etapa escolar marcada por conteúdos mais complexos pode evidenciar dificuldades que, quando não são acompanhadas adequadamente, podem comprometer sua participação e seu desenvolvimento.

A experiência desenvolvida demonstrou que é possível inserir práticas de alfabetização na rotina do Ensino Fundamental II por meio de estratégias simples, planejadas e articuladas entre os professores. A utilização dos dez minutos finais das aulas para atividades de leitura, escrita, produção textual e diferentes formas de expressão mostrou-se uma possibilidade de intervenção que pode ser adaptada à realidade de outras escolas.

A produção coletiva dos livros constituiu uma estratégia importante de valorização dos estudantes, pois possibilitou que suas capacidades fossem reconhecidas e compartilhadas com a comunidade escolar e com as famílias. Mais do que produzir um material escrito, a atividade permitiu aos alunos vivenciar situações de autoria, participação e pertencimento.

Essa realidade da escola uma reflexão sobre suas práticas pedagógicas, considerando que o ingresso nos anos finais do Ensino Fundamental representa uma nova etapa na trajetória escolar do estudante. Nesse período, o contato com diferentes componentes curriculares, professores e metodologias podem ampliar as dificuldades daqueles que ainda não desenvolveram as habilidades necessárias para acompanhar as atividades propostas. Para os estudantes com deficiência, essa situação pode se tornar ainda mais complexa quando não existem estratégias pedagógicas acessíveis, planejamento coletivo e acompanhamento adequado as suas necessidades educacionais.

A educação inclusiva representa um dos grandes desafios da educação brasileira, especialmente quando se trata de garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência nas classes comuns do ensino regular. Embora os avanços legais e educacionais tenham ampliado as possibilidades de inclusão, ainda são encontradas dificuldades significativas no cotidiano escolar, principalmente quando estudantes chegam ao 6º ano do Ensino Fundamental II sem estarem alfabetizados ou sem terem consolidado as habilidades básicas de leitura e escrita.

Conclui-se, portanto, que a inclusão escolar não acontece apenas pela presença física do estudante na sala de aula. É necessário garantir sua participação, aprendizagem, autonomia e reconhecimento como sujeito capaz de produzir conhecimentos. Para isso, torna-se indispensável o planejamento coletivo, a flexibilização das práticas pedagógicas, a utilização de diferentes recursos e o acompanhamento contínuo dos avanços individuais.

A escola inclusiva precisa compreender que cada estudante possui um percurso próprio de aprendizagem. Dessa forma, o fato de um aluno chegar ao 6º ano sem estar alfabetizado não deve representar o encerramento das possibilidades de aprendizagem, mas o ponto de partida para novas estratégias e oportunidades.

Nesse processo, a participação da família, dos professores, da equipe pedagógica e dos profissionais da educação especial é fundamental. A construção de uma cultura escolar inclusiva exige compromisso coletivo e a compreensão de que ensinar é também acreditar nas possibilidades de cada estudante.

Palavras-chave: Alfabetização, Inclusão escolar, Ensino Fundamental II, Estudantes com Deficiência, Produção textual, Práticas pedagógicas inclusivas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos profissionais da educação que, diariamente, se dedicam à construção de uma escola mais inclusiva, acolhedora e comprometida com a aprendizagem de todos os estudantes. Aos professores da sala de aula regular, aos profissionais da Educação Especial, à equipe gestora, às famílias e aos demais integrantes da comunidade escolar, expresso meu reconhecimento pela parceria e pelo compromisso com a valorização das diferenças.

Que o trabalho colaborativo fortaleça a compreensão de que a inclusão não se faz de maneira isolada, mas por meio do diálogo, do planejamento e da responsabilidade compartilhada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

ISSN: 2358-8829

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

FERREIRO, Emilia. Com todas as letras. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, DF: CORDE, 1994.